



A MICROSSOCIOLOGIA DA CLANDESTINIDADE E AS POSSIBILIDADES DA POLÍTICA

Marcelo Fontenelle e SILVA¹

Resenha do livro: *Sinais de fumaça na cidade: uma sociologia da clandestinidade na luta contra a ditadura no Brasil.* ACSERALD, H. 1ª edição, Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015, 220 págs., ISBN 978 85 8316 019 9

O livro aqui resenhado é de autoria de Henri Acserald e é produto de uma pesquisa coletiva intitulada *Clandestinidade e Cidade*, realizada entre 2008 e 2012 com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro – FAPERJ. A análise desenvolvida trata de uma microssociologia que não se desliga dos processos históricos mais amplos, dando especial atenção às implicações causadas pelo contexto excepcional do regime autoritário instaurado em 1964.

O autor caracteriza os regimes autoritários como sendo marcados pela restrição das arenas públicas, ou seja, pela restrição dos “espaços onde (...) atores individuais e coletivos se empenham em esforços de definição e controle de situações percebidas como problemáticas” (p. 37). Com a restrição das possibilidades de ação política decorrentes do fechamento das arenas públicas, a adesão dos militantes a um novo meio bastante distinto daqueles a que estavam habituados e a própria condição política destes sujeitos, gerou-se uma tensão própria às interações protagonizadas por estes militantes nesse contexto. Buscou-se discutir, assim, como se deu a constituição desta tensão.

Para atingir tais objetivos, o autor parte de “uma interpretação microssociológica dos episódios narrados, tendo por base os conceitos *goffminianos* de *situação de interação*, *consenso operacional*, *expressões emitidas* e *expressões transmitidas*” (p. 36), e toma como material empírico

¹ Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão, bolsista CAPES e integrante do Núcleo de Estudos sobre Poder e Política (NEPP), coordenado pela Professora Dra. Arleth Borges. E-mail: marcelofontenelle@hotmail.com

entrevistas realizadas com 50 militantes que estiveram na clandestinidade na cidade do Rio de Janeiro durante o período de 1969 a 1973, que foi o período do ápice do “endurecimento” do regime.

Já no primeiro capítulo, intitulado “Entre a lua e a rua – uma topologia social da clandestinidade política na cidade do Rio de Janeiro”, o autor analisa as relações estabelecidas pelos clandestinos na cidade, estabelecendo uma topologia que possibilita a compreensão das distâncias entre os militantes e os demais atores com quem interagem, bem como padrões de interação por eles protagonizados.

Percebeu-se, assim, um forte sentimento de isolamento experimentado pelos militantes clandestinos, o que era sustentado pelos limites impostos à sua sociabilidade, pelo impedimento de manutenção das relações que tinham anteriormente e, também, por conta do caráter das relações internas às organizações de que participavam. Além da forte compartimentação interna dessas organizações, elas tinham a não identificação plena como uma forma de autoproteção. A clandestinidade era, assim, para um número significativo de militantes, fortemente marcada pela autorreclusão.

Nessas relações, explicitava-se uma certa hibridização das duas identidades (a original e a artificialmente assumida). Além disso, as ações dos militantes clandestinos eram também marcadas por uma espécie de antropologia espontânea, que consistia na intenção do militante clandestino em perceber os efeitos de sua presença naquele novo ambiente em que estavam inseridos e alterar deliberadamente a identidade assumida, tentando assim minimizar/anular as possibilidades de causar algum estranhamento por parte dos moradores com quem interagiam.

No entanto, havia, por parte dos moradores, um reconhecimento – mesmo que relativo – de que haviam ali pessoas com um perfil distinto do habitual, pois os clandestinos se diferenciavam por sua maior escolaridade e traços característicos das classes mais abastadas. Muito deste estranhamento se dava por conta das expressividades não intencionais dos militantes.

Pôde-se destacar, assim, três padrões de interação. No primeiro deles, a ligação se dava por meio da cordialidade e do controle da comunicação, e culminava no rompimento do “disfarce” por iniciativa do próprio clandestino; no segundo, a interação era baseada na tentativa, por parte do morador/vizinho, de aproximação com o clandestino para, com isto, se diferenciar dos demais moradores, pois via no clandestino qualidades tidas como “respeitáveis”; já no terceiro, a interação baseava-se na tentativa, por parte do clandestino, de controle das impressões e relações mas, sendo a tentativa fracassada, culminava com a incorporação do militante ao grupo.

A partir desses padrões, percebe-se que há a exposição não completamente controlada de traços da identidade originária, o que em certos momentos gerou dificuldades de convívio, em outros facilitou a aproximação e adaptação. Tais microrrelações, porém, apenas muito dificilmente se transformavam em redes de atuação política, pois a tentativa de abrir contatos políticos e/ou de expor a sua condição de militante clandestino implicava em uma série de riscos, questão acentuada por conta da dificuldade de manutenção de um contato denso e relativamente longo com os moradores.

Já no capítulo seguinte, intitulado “O ‘morador’, o ‘transeunte’ e o ‘terrorista’ – a cidade e as ações armadas contra a ditadura na narrativa dramática da imprensa do Rio de Janeiro”, analisa-se a forma dramatúrgica das narrativas dos jornais referentes às ações armadas de combate à ditadura, com atenção para as contribuições de tais narrativas para a compreensão de como se dava o cotidiano da cidade.

Frisa-se, assim, que a grande imprensa era não só afetada pela repressão, mas, muitas vezes, parte de seus recursos, pois estava ou sob censura ou de fato apoiando o regime. A imprensa se empenhava, assim, em criminalizar os clandestinos e seus atos, seja conclamando a população a ajudar diretamente a polícia com denúncias e informações, seja incitando seus leitores a serem favoráveis aos atos repressivos.

As matérias sobre atividades clandestinas se situavam nas páginas policiais, o que contribuía para, além da criminalização dos atos, o ofuscamento de seu conteúdo político. Dessa forma, a estrutura da narrativa era semelhante, tanto para as ações armadas com motivação política quanto para os “crimes comuns”, sendo que em certos casos se ressaltava que a presença de motivação política na realização de crimes tornava-os ainda mais danosos à sociedade, pois os criminosos políticos seriam dotados de habilidades, planejamento e audácia, o que os tornariam diferentes – e piores – que os demais criminosos.

Uma das formas de distinção entre os crimes comuns e os políticos apontadas pelos jornais era, para os primeiros, a identificação de características consideradas como próprias ao perfil do “pobre”. Também foi muito presente, quando se fazia a distinção entre eles, a referência às habilidades intelectuais e ao tratamento diferenciado dispensado pelos criminosos políticos durante seus atos – os criminosos políticos seriam mais educados e menos violentos. As narrativas jornalísticas também ligavam a imagem dos terroristas com a dos clandestinos, opondo-os aos membros ordeiros da cidade.

O capítulo seguinte intitula-se “No contratempo da cidade – a inscrição urbana da clandestinidade política”, e toma como foco a relação dos militantes com os espaços em que passaram a viver por conta da clandestinidade. Ao adotar suas novas identidades, a maior parte dos clandestinos procurou, a partir de 1969, morar em áreas afastadas do centro da cidade e habitadas por pessoas com menor renda – as chamadas áreas suburbanas -, pois viam ali a maior possibilidade de eficácia na tentativa de burlar a repressão e se confundir com os demais moradores.

Em muitos dos relatos, essa experiência de mudança de local de moradia foi ressaltada como sendo de rico aprendizado e de descobrimento de uma nova cidade. Em outros, ressaltou-se o sentimento de estar em um local estranho onde as regras existentes não eram conhecidas. Tais sentimentos eram decorrentes da “transição entre um território de sentidos que eles decidiram, por razões políticas, abandonar e um outro, investido por um processo incerto e instável de significação” (p. 125).

Mediante a perseguição por parte do aparelho repressivo do Estado, a experiência dos clandestinos era também marcada por um olhar panóptico, que estava – ou podia estar – sempre ao alcance de todos. Esse olhar era constituído pelo controle direto de vias públicas, por exemplo, mas também pela constante possibilidade de haver um “espião”.

Como estratégia de driblar as forças repressivas, a mobilidade constante era um recurso bastante utilizado. Além disso, costumava-se usar objetos e lugares da cidade de forma distinta do uso habitual (como, por exemplo, a utilização de veículos para a realização de reuniões). Outro fator que fazia com que os clandestinos vivessem aqueles espaços de forma diferenciada dos demais refere-se à necessidade de se utilizar da cartografia da cidade atentando-se para as possibilidades de fuga e de controle dos riscos.

Já o capítulo seguinte intitula-se “Encenação e autenticidade – paradoxos da militância clandestina”. Inspirando-se em Rousseau – para quem as cidades grandes seriam um espaço de convívio de duas línguas distintas, uma relativa a aparências e outra a interesses verídicos -, o autor nos traz que a vigência destas duas linguagens, para os clandestinos, é emblemática da contradição por eles vivenciada. Isto porque, ao mesmo tempo em que precisavam manter a exposição convincente de falsas aparências como forma de autoproteção, a exposição de seus reais interesses seria uma pré-condição para a realização de seus objetivos políticos.

Tanto uma linguagem quanto a outra exigiam um “jogo de desinformação” (p. 170) que consistia em um cuidadoso controle das impressões causadas e informações passadas, sempre atentos ao já citado olhar panóptico da repressão. Por conta dessa necessidade constante de controle das impressões causadas, os militantes eram obrigados a teatralizar suas vidas de forma consciente, mudando a encenação conforme a avaliação feita por eles se mostrasse necessária. Assim, pode-se afirmar que os clandestinos, mesmo sem conseguirem total eficácia, buscavam construir de forma controlada e consciente a sua fachada pública – o que o autor chamou de “ficção de primeiro grau”. Paralelamente, aqueles com quem os clandestinos interagiam também experimentavam um certo estranhamento e se esforçavam por se adaptar àquela presença – a isso o autor sugere chamar de “ficção de segundo grau”.

O último capítulo chama-se “Considerações sobre o lugar e as possibilidades da política”. Nesse capítulo, o autor aprofunda a reflexão sobre as possibilidades da política no período estudado, e traz considerações sobre tais possibilidades no período atual. Conforme a avaliação de Betinho trazida pelo autor, faltou, aos militantes, o contato com “a realidade”. Mas essa falta de realidade não era exclusividade dos militantes clandestinos, por mais que se possa dizer que estes eram os mais afetados. O debate público empobrecido que gerava distorções sobre este “real”, atingia, com distintas proporções, todos os setores da sociedade brasileira à época.

Afinal, era objetivo do regime militar brasileiro – assim como o das outras ditaduras da América Latina – acabar com qualquer possibilidade de ligação entre grupos políticos organizados e as demais pessoas. Acabar, portanto, com qualquer possibilidade exercício de debate político. A construção de todos os opositores como “inimigos internos” era uma explícita recusa da política, pois negava a estas pessoas a possibilidade de debater e agir sobre questões consideradas por elas como importantes, e às demais pessoas da sociedade a ter contato com tais debates e ações. Como o próprio autor menciona:

a antipolítica do golpismo definiu-se, assim, por seu combate ao poder transformador da palavra, tendo por fim neutralizar esse poder através do terror e da tortura, bem como pelo trabalho de despolitização que buscava subordinar o conjunto dos sujeitos governados ao universo restrito de um cotidiano simplesmente utilitário (p. 192).

Segundo o autor, o golpe teve como objetivo “sufocar o crescente processo de expressão pública dos setores populares” (p. 198). Isto resultou em várias manifestações de massa pela recuperação da política, mas estas só foram possíveis até o ano de 1968, quando houve o fechamento ainda mais drástico da esfera pública com o Ato Institucional Nº 5. Depois desse ano, a luta pela recuperação da política se transferiu para as ações armadas.

Após o fim do período militar, a política deixou de ser restringida por conta da caracterização dos opositores enquanto “inimigos internos”. Porém, passou a ser esvaziada pelo desproporcional poder adquirido pelos capitais, que alteram radicalmente a vida das pessoas com projetos desenvolvimentistas e, utilizando-se da “chantagem locacional” de transferir investimentos, dentre outros artifícios, praticamente ignoram as demais pessoas envolvidas nas transformações impostas. Como nos diz o autor: “em lugar da antipolítica repressiva, exercida pelo regime até meados dos anos 1980, entraram em ação, desde os anos 1990, os mecanismos de uma antipolítica corrente, de mercado” (p. 212).

Por fim, vale ressaltar – juntamente com José Sérgio Leite Lopes, autor da apresentação do livro - que a pesquisa sintetizada neste livro não só traz uma contribuição original para os estudos envolvendo as experiências daqueles que lutaram contra a Ditadura Militar, mas também sugere e possibilita a produção de pesquisas que tomem para análise a experiência da clandestinidade a partir de um viés diferenciado do que se costuma encontrar na literatura sobre o tema.

Assim, a partir da tensão gerada nas interações protagonizadas por militantes que aderiram à clandestinidade e focando as possibilidades de ação política e as restrições impostas pela Ditadura no Brasil, Acserald nos apresenta uma reflexão densa e consistente, tanto por sua sustentação empírica, baseada principalmente nas memórias de militantes que viveram a condição da clandestinidade, quanto por sua construção teórica, baseada prioritariamente no arsenal da sociologia goffmaniana, mas sem se eximir do diálogo crítico com questões trazidas por outros autores.

Recebido em: 23 de mar. 2016.

Aceito em: 24 de nov. 2016.